

## 06 UM PLANO PARA DILMA

Se o novo programa habitacional do governo Lula vai ou não ajudar a ministra a se eleger presidente em 2010, é um ponto secundário. O principal é que o “Minha casa minha vida” é ruim

## 09 O CAÇA-FUMANTES

Quando ministro da Saúde, o governador de São Paulo, José Serra, adotou medidas que contribuíram para a redução do hábito de fumar. Agora, ele assinou uma lei que não permite que, no estado, se fume em locais como bares, restaurantes e teatros *[Rafael Hernandes]*



## 12 OS MUROS DO RIO

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, começou a cercar favelas da Cidade Maravilhosa com muros de três metros de altura, alegando proteger a natureza. Mas há quem desconfie da medida e veja nisso apenas segregação *[Maurício Barros de Castro]*

## 14 UM PROGRAMA PARA TODOS (até para os mais pobres)

O “Minha casa minha vida” promete entregar um milhão de casas para quem nunca teve chance de ter uma, até para os mais pobres. Qual o milagre dessa iniciativa do governo Lula, articulada com as maiores construtoras do País? *[Raimundo Rodrigues Pereira e Tânia Caliari]*

## 28 UMA TRISTE HISTÓRIA QUE SE REPETE

Um caso como vários, ocorrido na zona leste paulistana: a Polícia Militar matou quatro jovens, suspeitos de assalto. A PM paulista é uma das mais letais do País. Suas vítimas são, frequentemente, gente pobre das periferias das cidades *[Léo Arcoverde]*

## 31 ENTRE O CRIME E O DIREITO

O aborto é um tema muito polêmico. Fomos a Campo Grande conversar com personagens de um caso envolvendo mais de 2 mil mulheres, o qual levou uma frente de parlamentares conservadores a criar uma CPI sobre o tema *[Lia Imanishi e Verônica Bercht]*

## 37 UM ATLAS CONTRA O ARCAÍSMO

Um geógrafo, bisneto de camponeses, produziu estudo inédito da realidade rural brasileira. Ele defende a valorização da pequena agricultura como instrumento de combate ao atraso social do País *[Priscila Lobregatte]*

## 40 AS CONTRADIÇÕES DE OBAMA

O presidente dos EUA diz que quer mudar a política externa de seu país. Para ir além da retórica, no entanto, ele precisará enfrentar uma estrutura de poder cuja lógica é dar sustentação à hegemonia da superpotência. Obama vai encarar? *[Carlos Azevedo]*



## 44 O PESO DA IDEOLOGIA

Na crise em curso, o capital enfrenta um dilema: precisa do dinheiro público para sustentar-se, mas teme o reavivar dos tempos do New Deal. É uma solução que o mercado quer evitar, pois ela implica o fortalecimento da política [Lécio Moraes]

## 49 CEM ANOS DE SOLIDÃO

O antropólogo Claude Lévi-Strauss, um dos expoentes do estruturalismo, chega a um século de existência descrente da civilização contemporânea. "Não é um mundo de que eu goste" [Yuri Martins Fontes]



## CARTAS

### ÀS ARMAS!

O artigo "O País vai às armas!", publicado na última edição de *Retrato do Brasil*, é interessante e em geral bem informado, mas parece lhe faltar um eixo crítico mais claro. Nele, são usadas três fontes de crítica à Estratégia Nacional de Defesa: 1) os próprios militares; 2) outro militar e 3) o deputado Aldo Rebelo. Ao lermos com atenção o que dizem essas fontes percebemos que no fundo há uma só voz, pois há poucas divergências entre elas, com exceção das puramente corporativas. Para ser justo, o coronel Cavagnari é mais crítico do que o deputado Rebelo. Talvez essas lacunas,

que vão ser imediatamente percebidas pelos estudiosos do tema, pudessem ser evitadas se a revista ampliasse suas fontes, entrevistando especialistas civis nessa importante temática. De resto, parabéns pela revista, que leio sempre com muita atenção.

**João Roberto Martins Filho**  
*Diretor da Associação Brasileira de Estudos de Defesa [por e-mail]*

**Carlos Azevedo, autor do artigo, responde:**  
Agradeço o leitor pelas observações. Ele tem razão, em certa medida. Eu deveria ter ouvido outras pontos de vista e confesso

meu pouco conhecimento sobre esses especialistas civis. As posições de Cavagnari (de apoio à END), de Rebelo (de desconfiância da ingerência dos civis em assuntos militares e de apoio aos militares), contudo, são diferentes. E a posição dos militares que estavam indo para a reserva é ainda diferente das duas outras, já que se opõem com mais vigor à END e à própria ideia de controle do Ministério da Defesa pelo poder civil. Há ainda no artigo uma questão relevante, que não foi suficientemente explorada, que é a do relacionamento das Forças Armadas com a sociedade civil.

## fale conosco:

WWW.RETRATODOBRASIL.COM

### ASSINATURAS

vendas@retratodobrasil.com  
tel. 11 | 3032-1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### ATENDIMENTO AO ASSINANTE

assinatura@retratodobrasil.com  
tel. 31 | 3281 4431  
de 2ª a 6ª, das 9h às 17h

### PARA ANUNCIAR

comercial@retratodobrasil.com  
tel. 11 | 3032-1204 ou 3813 1527  
de 2ª a 6ª, das 9h30 às 17h

### CIRCULAÇÃO EM BANCAS

circulacao@retratodobrasil.com

### EDIÇÕES ANTERIORES

vendas@retratodobrasil.com

### REDAÇÃO

redacao@retratodobrasil.com  
tel. 11 | 3814 9030

### CARTAS À REDAÇÃO

www.retratodobrasil.com  
cartas@retratodobrasil.com  
rua fidalga, 146 conj.42  
cep 05432-000 são paulo - sp

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine.

Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las ao espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

### EXPEDIENTE

**SUPERVISÃO EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira **EDIÇÃO** Armando Sartori **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Fernandes • Sônia Mesquita • Tânia Callari • Verônica Bercht **EDIÇÃO DE ARTE** Ana Castro • Pedro Ivo Sartori **REVISÃO** Silvío Lourenço • Gabriela Ghetti [OK Linguística] **COLABORARAM NESTA EDIÇÃO** Alex Silva • Carlinhos Muller • Flavio de Carvalho Serpa • Giuseppe Bizzarri • Lécio Moraes • Léo Arcoverde • Maurício Barros de Castro • Priscila Lobregatte • Yuri Martins Fontes

**Retrato do BRASIL** é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

**EDITORIA MANIFESTO S.A. PRESIDENTE** Roberto Davis **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira **GERENTE-COMERCIAL** Daniela Dornellas **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas • Tel 61 3328 8046

**ADMINISTRAÇÃO** Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho

**OPERAÇÃO EM BANCAS • ACESSORIA** EDICASE [www.edicase.com.br] **DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA EM BANCAS** Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora S/A MANUSEIO FG Press

**TIRAGEM** 20 mil exemplares [Tiragem auditada pela BDO Trevisan Auditores Independentes]



## Ponto de vista:

# UM PLANO PARA DILMA O “Minha casa minha vida” pode até levar a ministra à Presidência. Mas é ruim: fortalece a concentração de capitais no setor e agrava a dependência da economia brasileira

### 1. A REGRA DO MCMV É QUEM CHEGAR PRIMEIRO LEVA?

Em meados do mês de maio, a Prefeitura de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, assinou uma carta de intenções com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com várias construtoras para formalizar o propósito de construir 31,8 mil residências do programa Minha casa minha vida. O MCMV é o novo programa habitacional do governo federal. Prevê a construção, em prazo curto, de 1 milhão de residências, das quais mais da metade será vendida a famílias de baixa renda, graças a um grande esquema de descontos nos preços. Sua apresentação mais ampla é feita a partir da página 14 desta edição.

O projeto de Guarulhos ajuda a entender, na prática, o MCMV. A cidade tem 1,3 milhão de habitantes. Até meados de maio, 90 mil pessoas já tinham se inscrito para conseguir os imóveis oferecidos com maior desconto pelo programa. O subsídio total do MCMV, 30 bilhões de reais, parece grande, mas é pequeno diante do déficit habitacional do País, estimado em 8 milhões de domicílios. No MCMV, o desconto médio oferecido para a compra de um imóvel é de 37,5 mil reais. Se o governo federal fosse oferecer subsídio do mesmo porte a todas as famílias que moram em condições precárias, seriam necessários 300 bilhões de reais, dez vezes o subsídio previsto no programa.

Como está limitado no montante de subsídios, o MCMV oferece um número também limitado de moradias, especialmente as com os descontos maiores - para as famílias de até três salários mínimos de renda mensal. Uma família com renda mensal de um salário mínimo, por exemplo, pode pagar pela casa-padrão, de 52 mil reais, no caso de Guarulhos, apenas 6 mil reais, em prestações de 50 reais por mês.

No total do País, o MCMV prevê apenas 400 mil moradias para até três salários mínimos. Quantas deveriam caber a Guarulhos? Não se sabe. O MCMV definiu um número total por estado, não por município. Para o estado de São Paulo, são cerca de 74 mil moradias para essa faixa. A proposta formalizada em Guarulhos prevê 17,5 mil domicílios, cerca de um quarto desse total. É muito, com certeza.

Mas será assim? Quem chegar mais cedo leva mais? Raymundo De Paschoal,

presidente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab-SP) entre 1983 e 1984, quando o prefeito paulistano era Mário Covas, critica o MCMV dizendo que, de fato, ele é assim, sem aplicação quantitativa e qualitativa por região: “Quem chegar primeiro toma um dinheirinho”.

### 2. A PROMESSA DOS GRANDES: INCLUIR OS PEQUENOS

A falta de planejamento detalhado não é casual: faz parte do método escolhido pelo programa. A iniciativa da oferta de moradias não é do governo federal, nem dos estados e municípios: é das empresas. No caso exemplar de Guarulhos, na oferta se divisa outro aspecto importante do programa: a participação decisiva das grandes empresas do setor. Da oferta total para o município, 40% vêm da Cury, uma empresa da qual a maior companhia do setor, a Cyrela, tem 50% do controle. Outra empresa conhecida entre os ofertantes do MCMV para Guarulhos é a Tenda, que pertence à Gafisa, também das grandes do setor da construção imobiliária.

Elas são, respectivamente, a primeira e a segunda no balanço do setor apresentado pelo diário *Valor Econômico* em meados de abril, com a lista das que têm a maior dívida. Segundo o jornal, entre o quarto trimestre de 2007 e a mesma época do ano passado, a dívida da Cyrela passou de 817 milhões de reais para 2,1 bilhões de reais. No mesmo intervalo a Gafisa, que devia 695 milhões de reais, passou a dever 1,5 bilhão de reais.

No período, segundo o jornal, o valor dos estoques de terrenos e imóveis não vendidos da Cyrela passou de 1,6 bilhão de reais para 2,9 bilhões de reais - a empresa tornou-se a segunda na lista nesse quesito. E o valor dos estoques da Gafisa saiu de 1,1 bilhão de reais para 1,8 bilhão de reais, o que colocou a empresa logo atrás da Cyrela. As duas empresas têm expressiva participação do capital estrangeiro. Ambas fazem parte do grupo seletivo que teve participação decisiva na montagem do MCMV, a partir do fim do ano passado.

A grande desaceleração da economia brasileira ocorrida a partir dos últimos meses do ano passado foi o argumento usado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tentar reanimar o setor a partir das suas grandes empresas. O governo tinha dois caminhos. Um, por baixo:

apoiar-se nas estruturas estatais - federal, estaduais e municipais -, nos movimentos organizados de trabalhadores - que comandam sindicatos, cooperativas, organizações de moradores - e nas pequenas e médias empresas, que constituem a imensa maioria do setor e que, especialmente, já trabalhavam nos projetos para a baixa renda existentes. O outro, que adotou, por cima: fazer um acordo com o grande capital formado no setor da construção civil nos últimos tempos; buscar fortalecê-lo, diante da crise em curso, com a ajuda do capital estrangeiro, que passou a ter grande presença no setor a partir de 2005.

O argumento central para optar por esse segundo caminho foi o de que os grandes são indispensáveis para elevar a escala dos negócios e permitir o uso de tecnologia avançada que reduza os custos e, assim, amplie o mercado, tornando possível o acesso da baixa renda ao mercado formal, da qual os pobres estão atualmente distantes.

### 3. O PROGRAMA NÃO É RUIM PORQUE PODE ELEGER DILMA

Por que o programa é ruim? Não é porque ele parece feito sob medida para ajudar a eleger Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil, presidente da República em 2010. A ministra foi escalada pelo presidente Lula como a comandante do MCMV, assim como já havia sido nomeada “mãe” do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

No fim do ano passado, quando o grupo formado por Gafisa, Cyrela, WTorre e umas poucas outras grandes construtoras buscaram o apoio do governo, Dilma foi a primeira interlocutora, diz o jornal *Valor Econômico*. Desde o começo deste ano, quando o programa ainda estava em gestação, ela começou a apresentá-lo publicamente, já em estilo de comício. Na foto da página ao lado, por exemplo, ela discursa para trabalhadores de uma obra de saneamento em um bairro de Campinas, interior paulista, levados ao local por ônibus contratados pela Odebrecht, empresa responsável pela obra. Ali, disse que o programa, “além de criar moradia para pessoas com renda de zero a seis mínimos”, iria gerar “milhares de empregos”.

O MCMV, de fato, criou uma espécie de sinuca para os presidenciáveis do PSDB:



eles foram praticamente forçados a aderir ao programa. A editora de economia de Valor Econômico sintetizou esse dilema: “Por mais que Aécio Neves e José Serra deem agilidade a seus programas habitacionais, não serão capazes de suprir o déficit de moradias em seus estados. E não há Justiça eleitoral que impeça a ministra de dizer que, se tivessem aderido ao programa, o número de casas construídas poderia ter sido maior, principalmente para os de mais baixa renda, que dependerão de cadastro no estado e no município”.

Se o MCMV fosse um programa bom, que ajudasse a eleger a ministra, seria um acréscimo legítimo. O problema é que priorizou um caminho, o do acordo por cima, com uma falsa promessa: ampliar e democratizar o mercado, pelo avanço tecnológico que comandaria, permitindo, com isso, incluir nele camadas de baixa renda. O que o MCMV vai fazer de fato é permitir que os grandes abocanhem parcela do mercado que era explorada antes pelos pequenos e médios empresários do setor, numa situação de redução do tamanho do mercado.

Do ponto de vista das grandes construtoras, o mercado estaria pronto para a introdução da produção em grande escala, que geraria todas as economias necessárias à sua própria ampliação. Élio Martins,

presidente da Eternit, empresa que fabrica telhas para a cobertura de imóveis e seria uma das mais favorecidas por um mercado com essas características, diz que a industrialização da construção imobiliária é uma situação muito distante da realidade: “Hoje, 99% das minhas vendas são no balcão da loja”, disse a Valor Econômico. Com essa afirmação, ele reforça também o argumento dos que, como Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acham que um plano de estímulo econômico apoiado na construção imobiliária é importante para o País num momento como esse, mas deveria também organizar e incentivar a autoconstrução, o mercado imobiliário popular criado a partir de iniciativas dos próprios moradores e a atuação das pequenas e médias empresas.

#### **4. O MCMV É RUIM POR SUA PRÓPRIA NATUREZA**

O MCMV é ruim porque, por sua própria natureza, vai acabar criando uma espécie de loteria. São 400 mil imóveis a ser distribuídos a partir de cadastros estaduais e municipais para 8 milhões de famílias necessitadas, a população do déficit habitacional. As poucas famílias que praticamente receberão a casa de graça, com subsídios

acima de 70%, serão propagandistas de uma ilusão: a de que o País estaria resolvendo seus problemas de mercado pela eficiência dos grandes e pela operosidade de Dilma. Podem até ajudar a convencer os que não receberão casa a votar na ministra, da mesma forma que os poucos ganhadores da loteria ajudam a manter a esperança dos demais apostadores de continuar jogando na busca de obter a sorte grande.

Um programa com o mesmo total de subsídios, mas distribuídos muito mais amplamente, como sugerem Lessa e outros, incentivaria muito mais os pequenos e médios empreendimentos, que efetivamente são os maiores empregadores, e evitaria o problema maior que decorre de confiar a solução dos problemas mais graves do País ao tirocínio dos grandes.

O governo brasileiro está preocupado com a possibilidade de a crise criar um grande cadáver, que poderia arrastar muitos outros em sua queda. A intervenção estatal visa segurar o sistema de grandes empresas do setor imobiliário dando força a umas poucas delas que, digamos assim, engoliriam as outras para salvá-las. O BNDES estudou as condições do mercado. Viu que muitas empresas estavam em situação ruim pelo fato de terem ficado pesadamente endividadadas, com enormes

estoques de terrenos, comprados na fase de intensa especulação, quando se achava que o Brasil passaria ao largo da crise global. E resolveu agir. Não no sentido de desmanchar os efeitos especulativos, permitindo que algumas empresas quebrassem e que os terrenos fossem vendidos em liquidação, para reduzir seus preços. Ao contrário, o banco estatal resolveu apoiar a sustentação do mercado a partir dos próprios especuladores.

Para isso, associou-se à PDG Realty, a segunda maior incorporadora imobiliária brasileira, criada pelo Pactual, banco de investimento local que fora adquirido pelo suíço UBS e que retornou ao controle de um brasileiro, André Esteves, também do Pactual. A PDG Realty emitiu 276 milhões de reais em debêntures, empréstimo conversível em ações, e o BNDESPar, o braço de participações do banco de investimentos estatal, se comprometeu a subscrever até 155 milhões de reais desse valor. A proposta é a PDG Realty fomentar o processo de monopolização do capital no setor. O dinheiro do BNDES será usado pela companhia para comprar outras empresas, para adquirir projetos em andamento ou bancos de terrenos de empresas que não tiveram capital próprio ou acesso a crédito para começar obras.

Mais recentemente, a CEF comprou 600 milhões em debêntures da Tenda - subsidiária da Gafisa -, voltada para

o mercado mais popular, com o mesmo propósito, para que ela se torne o que, no eufemismo do mercado, se chama incorporadora, isto é, monopolizadora do capital.

No seu conjunto, o MCMV, ao apoiar-se nos grandes, não só contribui para agravar o processo de monopolização deformada da economia brasileira, como reforça seu atrelamento ao capital financeiro internacional. Todas as grandes empresas participaram do grande movimento especulativo ocorrido nos últimos anos na Bolsa de Valores brasileira e se fortaleceram, de início, com grandes aportes de capital estrangeiro. A Cyrela, controlada pelo sírio-brasileiro Elie Horn, abriu seu capital. Horn ficou com o controle, mas com apenas 37,81% das ações ordinárias. E a Cyrela passou a ter participação expressiva de vários investidores internacionais, como os fundos Alpine Woods Capital Investors e o Janus Capital Management, ambos com cerca de 5% cada, e a ex-corretora brasileira Hedging Griffo, agora comprada pelo banco Credit Suisse, com cerca de 15%. A Cyrela ainda tem 42% de ações ordinárias pulverizadas, muitas em poder de acionistas estrangeiros.

A Gafisa, por sua vez, alienou seu controle para uma empresa do magnata americano Sam Zell - hoje associado, na companhia, ao banco americano Morgan Stanley e ao fundo Fidelity - e passou também a ser uma engolidora de empresas. Comprou o controle da Tenda, fundada em

Minas Gerais, com atuação voltada para vendas na faixa das camadas de classe média que comprem imóveis entre 60 mil reais e 120 mil reais e que afundou na crise do mercado no terceiro trimestre do ano passado.

Zell é um especulador à procura de ganhos na difícil conjuntura financeira global. No fim de 2008, ele procurava se livrar do monumental fracasso que fora a compra do grupo de jornais americanos Tribune Company, depois da concordata do *Los Angeles Times*, o veículo líder do grupo. Zell é hoje um investidor conhecido no mercado imobiliário brasileiro e um admirador do presidente Lula. No fundo, como os outros investidores internacionais, procura o Brasil como os demais têm feito nos últimos anos de crise no centro do sistema capitalista. Graças a uma série de fatores, como a enorme produção de *commodities*, a grande pobreza do povo, a gigantesca concentração de renda, os juros estratosféricos que o País pratica desde 1992 e as políticas compensatórias que se desenvolveram a partir do governo Fernando Henrique Cardoso, o governo brasileiro pode agir como uma espécie de pai dos muito pobres e mãe dos muito ricos. Nunca os ricos ganharam tanto dinheiro. E nunca, como já dissemos, mandaram tanto dinheiro para fora.

O setor da construção civil vem reforçar o papel de outros setores da infraestrutura do País, como a distribuição de energia e as telecomunicações privatizadas, como fontes de remessas de lucros para o exterior, com a maldição de não gerarem receita de exportações para compensar os lucros enviados.

No momento, mais precisamente, a especulação com ações das empresas da construção imobiliária gera até a expectativa de que a crise, no essencial, já passou. Que em breve o mercado voltará aos delírios de 2007, quando o lançamento de ações na Bovespa se equiparou aos dos maiores centros financeiros globais. Talvez o que o grande empresariado esteja vislumbrando seja isso: tudo voltaria a ser como antes, só que, agora, haveria também um Bolsa Família mais generoso, para dar casas ao povo. Feitas por eles, é claro, com isenções de impostos espetaculares, com regras ambientais mais favoráveis para que quem recebesse a ajuda, afinal, fossem eles mesmos. ■

